

OUTRO OLHAR SOBRE A URBANIZAÇÃO, EXPROPRIAÇÃO E AÇÃO POLÍTICA NOS SERTÕES CARIOCAS (RIO DE JANEIRO, 1950-1968)

Manoela Pedroza¹

Resumo: Os modelos construídos para explicar o processo de urbanização e modernização da agricultura no Brasil a partir da década de 1940 “*oscilaram entre uma caracterização rica, articulada, mas imóvel, e outra de uma população indefesa em relação às transformações que vinham de fora*” (LEVI, 2000: 44). Isto é, embora haja trabalhos sobre os ‘grandes processos’ (modernização, repressão, mobilização política), eles permanecem unidirecionais: o poder de um lado e as suas vítimas de outro. E, por outro lado, os estudos de viés mais antropológico ainda compõem um mosaico pouco entrosado, em que as ‘descrições densas’ não se relacionam umas com as outras em tentativas de sínteses mais amplas, mas que deem conta da diversidade de resultados e respostas aos mesmos processos. Por isso, o objetivo deste artigo é apresentar uma nova possibilidade de encarar estes processos sociais, a partir de uma mudança na escala de observação.

Palavras chave: Modernização, mobilização política, micro-escala, Rio de Janeiro-Brasil.

ANOTHER LOOK AT URBANIZATION, EXPROPRIATION AND POLITICAL ACTION IN THE HINTERLANDS CARIOCAS (Rio de Janeiro, 1950-1968)

Abstract: The models and hypotheses built to explain the urbanization and modernization agriculture’s process in Brazil since decade of 1940 oscillated, frequently, between a rich characterization, articulate, but immobile, and another of a defenseless population face to face to this transformations came from outside. Although there are academic works about these ‘macro processes’ (modernization, repression, political mobilization), they stay unidirectionals: the ‘power’ on a side and their ‘victims’ on the other. And, on the other hand, the anthropological studies still compose a little geared mosaic, in that one ‘dense description’ don’t link with the other ones in attempts of wider syntheses, to explain the diversity of results and answers to the same ‘macro process’. Therefore, the objective of this article is to present a new possibility to face these social processes, starting from a change in the observation scale.

Key Words: Modernization process, political mobilization, micro escale, Rio de Janeiro-Brasil.

Introdução

Tratarei neste artigo dos conflitos de terra acontecidos na Baixada Fluminense, região no entorno da cidade do Rio de Janeiro, entre as décadas de 1950 e 60. A exemplo de um dos “grandes processos” avassaladores no Brasil, a vitória

¹ Manoela Pedroza é doutora e pós-doutora em História, atualmente professora adjunta do Instituto de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Quaisquer críticas ou sugestões sobre esse texto podem ser enviadas para manoelap@gmail.com.

modernizadora/expropriadora na agricultura, iniciada em meados do século XX, pode ser bastante exemplificada com o caso da região metropolitana do Rio de Janeiro, onde, em 2010, a população considerada urbana chegava à 96% do total. Esta região reúne 3.333.801 habitantes, quase 40% do total da população de todo o estado do Rio. (Censo 2010)

Baseado nesta “vitória” do processo geral de urbanização e integração metropolitana, sedimentou-se uma memória bastante teleológica das lutas pela terra no campo fluminense. As lutas de resistência dos posseiros desta região são tratadas como um capítulo virado do livro da história, uma resistência sem sentido, contrária ao progresso natural e aos rumos previstos. Sua derrota histórica teria sido mais do que esperada, e a existência de “bolsões rurais” nesta região, nos dias de hoje – assentamentos de reforma agrária, bairros rurais desprovidos de qualquer aparelho público e urbanização, ocupações e loteamentos clandestinos – seria amplamente ignorada.

Mas julgo que a visão teleológica do processo de expropriação fundiária brasileiro e fluminense tem projetado sobre um passado muito recente uma inexorabilidade que ele não comportava. Concordando com Débora Pupo, em sua análise sobre a Sabinada baiana, tememos que a historiografia que se produz sobre este tipo de conflito reafirme a ideia de que havia apenas um único caminho a ser trilhado pelos sertões cariocas, no caso, o de serem transformados em zona urbana periférica à cidade do Rio de Janeiro. A velha hegemonia de uma visão única de nossa história, em que o projeto “vencedor” seria o único possível, e que todos os outros, perdidos, reprimidos ou sufocados, eram, portanto, inferiores, anômalos, desviantes dessa rota única em direção ao progresso da Nação (PUPO, s/d).

Além disso, essa “visão única” não consegue explicar muitos fenômenos políticos e sociais durante e após essas ‘lutas perdidas’: por que foi criado um Plano Agrário a partir do governo estadual, que se propunha a dirimir conflitos e concretamente desapropriou algumas áreas em prol dos posseiros no início da década de 1960? Por que então a retomada das ocupações de terra nos mesmos locais do pré-64 no início da década de 1980, que foram lideradas, em grande parte, pelas mesmas pessoas que o faziam antes do golpe de 1964? Por que existem, atualmente, dezenas de assentamentos rurais na Baixada Fluminense, quase cravados nas periferias do Grande Rio? Essas questões mostram apenas o primeiro fio que puxamos desse novelo. Ainda há muitas outras que permanecem sem resposta. Como, por exemplo, explicar a adesão

de lavradores analfabetos a discursos e práticas trazidos pelos militantes do Partido Comunista absolutamente urbanos e “estrangeiros” àquele contexto? Como explicar a continuidade de ocupações mesmo depois do golpe militar de 1964 numa área considerada de “segurança nacional”, onde, inclusive, foi criada uma guarda rural especialmente para “limpar a região”? Como explicar a diversidade de reações dos lavradores às ameaças de despejo?

Tentando seguir essas pistas, um dos objetivos deste trabalho é investigar as articulações entre os processos gerais de modernização e urbanização e as ações locais, para “*dar à experiência dos atores sociais uma significação e uma importância frente ao jogo das estruturas e à eficácia dos processos sociais maciços, anônimos, inconscientes, que por muito tempo pareceram os únicos a chamar a atenção dos pesquisadores*” (REVEL, 1998:10). A meu ver, é nesse campo que se situa a “novidade” da abordagem sobre um problema já há muito tratado pela pesquisa acadêmica: a chamada modernização do capitalismo e da agricultura brasileira acelerada a partir da década de 1950².

Metodologia e Fontes

Para realizar este trabalho, pesquisei notícias sobre resistências de posseiros a despejos veiculadas em alguns jornais de época, tanto coletadas por mim, na Biblioteca Nacional, quanto outras que foram recolhidas e citadas por Mário Grynsman (1987, 1990), Eliane Cantarino O’Dwyer (1988) e Frederico Araújo (1982) em seus trabalhos sobre o mesmo objeto. Foi feito levantamento nos jornais *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Fluminense*, *Última Hora*, *Luta Democrática* e *Terra Livre*, entre 1954 e 68, obedecendo aos limites de circulação de cada um, e ‘pescando’ as notícias que se relacionavam a situações de luta e ao cotidiano dos lavradores da Baixada Fluminense. É preciso reconhecer que o recurso aos jornais acaba preenchendo lacunas documentais numa temática de raras fontes escritas. Isso acarreta outro problema metodológico, que é o fato dos “*jornalistas serem, ao mesmo tempo, testemunhas e atores e, na maior*

² A questão agrária, sobretudo dentro da corrente marxista mundial e brasileira, já suscitou inúmeros debates, que tentei acompanhar minimamente em capítulo específico de minha dissertação de mestrado. Uma pequena amostra da discussão teórica entre os marxistas pode se vista em (LENIN, 1982); (KAUTSKY, 1980); (AMIN & VERGOUPOLOS, 1977); (HEGEDÛS, 1984); (MANN, & DICKINSON, 1987). Para acompanhar uma pequena parte do debate e das propostas políticas sobre questão agrária no Brasil a partir, sobretudo, da década de 1940, ver: (RANGEL, 1978); (PAIM, 1957); (GUIMARÃES, 1963); (PRADO JR, 1979); (OLIVEIRA, 1987); (VEIGA, 1990); (IANNI, 1979 – partes I e II); (SILVA, 1996 e 1998) e (STÉDILE, 1994).

parte das vezes, porta-vozes de partidos políticos, de organizações e de interesses” (ABREU, 1996).

As notícias que estes jornais veicularam sobre conflitos de terra na Baixada Fluminense, via de regra, continham dados “objetivos”: número de famílias envolvidas, um breve histórico da disputa pela posse e, algumas vezes, depoimentos e entrevistas com os posseiros ameaçados. Os dados foram “aproveitados” desde que confirmados por, ao menos, outra fonte. Já os depoimentos representaram a única e tortuosa forma de poder ter acesso às falas dos posseiros, por isso foram “lidos a contrapelo” (THOMPSON, 1979): anulando-se a visão ora ‘comunizante’ ora sensacionalista das notícias, tentei aproveitar essas entrevistas ao máximo, apenas descartando aquelas em que claramente era o jornalista que falava pela boca do posseiro, o que podia ser percebido pelo vocabulário e pela mensagem política direta que veiculava.

Para completar esse breve balanço das fontes, gostaria apenas de reforçar as conclusões de Mário Grynspan. Ele, ao analisar litígios que figuravam nos jornais de época, percebeu que de 1950 a meados da década de 60 as notícias sobre os conflitos vieram num crescendo, para começar a refluir a partir de então. Esses dados podem nos levar à falsa impressão de uma diminuição real de conflitos de terra no Estado do Rio após o golpe militar, quando confrontados com a estatística que comprova o progressivo aumento do número de posseiros no estado do Rio durante toda a década de 1970. Grynspan concluiu que “talvez tenham se reduzido, efetivamente, os conflitos de caráter político” ou que “a redução observada seja um efeito de ótica produzido pelas fontes” (1990a: 99). Isso porque a diminuição dos conflitos coincide certamente com o período mais duro da censura e das perseguições políticas da ditadura militar, fazendo com que nem os jornais de grande circulação nem os órgãos responsáveis por gerir a questão agrária fossem mediadores confiáveis.

Sobre a “região social” da baixada fluminense e os sertões cariocas

A região da Baixada Fluminense tem sido contestada como um bom ponto de partida para circunscrever os conflitos sociais lá ocorridos. Mário Grynspan acha que o termo Baixada Fluminense tem conotação urbana, sendo insuficiente para tratar dos problemas sociais do campo, porque exclui municípios com características sociais e políticas muito próximas, como Itaguaí, Cachoeiras de Macacu e Itaboraí, e inclui outros muito diferentes, como São João de Meriti e Nilópolis. O autor utiliza o termo Baixada (entendido como as cercanias da cidade do Rio de Janeiro, de onde se

irradiaram as resistências aos despejos), tentando resgatar a forma com que os atores da época percebiam seu espaço (GRYNSPAN, 1987). Já Frederico Araújo adota a categoria Baixada da Guanabara, utilizada por geógrafos, tentando alargar a parte urbana da Baixada Fluminense para englobar também municípios com histórias agrárias e agrícolas parecidas (ARAÚJO, 1982:14). O termo mais antigo para englobar esse conjunto de município é Recôncavo da Guanabara, adotado também pelos geógrafos.

O que é consenso é que havia grandes similitudes na formação social e agrária deste entorno da *urbs* do Rio de Janeiro, que pouco levou em consideração limites estritos (como os municípios que foram se multiplicando na vizinhança a partir da década de 40). Não vou então adotar uma região que priorize fronteiras políticas. Os limites de nossa região serão outros: interessa saber onde passava a linha que dividia o que era interessante para o capital especulativo do que não era; onde efetivamente haviam se instalado posseiros e pequenos produtores que, a partir dessa mudança de interesses, passam a ser ameaçados de expulsão, e resistem a isso. Esta região se transforma bastante em poucos anos, a partir das novas relações sociais e econômicas que vão se fixando e deslocando outras. O que dá sentido à nossa região é o desencadear e desenrolar desse processo social conflitivo e, vista assim, ela engloba regiões do município do Rio de Janeiro (partes dos sertões cariocas) e outras partes da Baixada Fluminense.

Ilmar Mattos busca a gênese da palavra *sertão* em *desertão*: terras desertas não porque nada nelas brotasse, mas porque, para os colonizadores, eram terras ainda não dominadas, não lucrativas e, portanto, vazias de significado (MATTOS, 1987). Em nosso caso, os sertões cariocas foram terras vazias de significado tanto para o Estado quanto para o capital agroexportador ou especulativo, no momento em que se instalaram os posseiros. Carlos Rodrigues Brandão acrescenta que o sertão e suas beiras foram o lugar da vida dos "homens pobres", seus desbravadores. Porque se o sertão precisava ser pouco a pouco conquistado através de um árduo trabalho, é sinal de que ele *podia* ser conquistado, por não ser ainda o lugar do domínio do senhor de terras, ou por ser justamente a sobra de seus domínios. O sertão eram as terras que podiam ser "apossadas" por atos de uma conquista lenta, quase invisível, único meio de os homens pobres e livres terem a sua terra. Por isso, o sertão se associa ao sítio e ao bairro para ser o oposto da fazenda e da cidade, locais da posse já estabelecida, da ordem já

estabilizada e da lei do senhor de terras, que garantia uma coisa e outra (BRANDÃO, 1993: 1757).

De fato, os bairros rurais, mesmo que situados a poucos quilômetros do centro do Rio de Janeiro (como Santa Cruz, Jacarepaguá, Mangaratiba) até 1940 eram pelos próprios contemporâneos denominados sertões cariocas. Não eram abastecidos por nenhuma infraestrutura (eletricidade, água tratada, esgoto, hospitais ou escolas) e sequer por transportes que ligassem essas zonas aos centros urbanos, antes da construção das rodovias e ferrovias.

Mas esse esquecimento não havia sempre sido assim. Até a segunda metade do século XVIII, não obstante o início da ocupação do interior, a Baixada Fluminense era a parte mais significativa da Capitania do Rio de Janeiro, inclusive como centro produtor de farinha de mandioca, cana de açúcar, café e gêneros alimentícios para as minas e para a Corte. Mas, no início do século XIX já era possível distinguir duas áreas de produção açucareira no estado do Rio: uma antiga, com terras já cansadas, matas escassas e baixa produtividade (no Recôncavo da Guanabara), e outra nova, com terras férteis, em Campos dos Goytacazes, esta última já sendo a maior área produtora de açúcar do estado (MENDES, 1950: 51 *apud* MATTOS, 1987: 43).

Sofrendo da lenta decadência da lavoura cafeeira escravista e comparada à produção agrícola mais valorizada no norte do estado e no Vale do Paraíba, a Baixada passou a ser vista como área abandonada e decadente (GRYNSPAN, 1987). Formada por planícies e pântanos facilmente alagáveis, e sem a limpeza periódica dos canais e rios, antes feita pelos escravos, grandes trechos foram novamente tomados por águas paradas, viveiros de mosquitos, coroada então por grandes epidemias de impaludismo e cólera em meados do XIX que despovoaram a região.

Durante o período “decadente” foram aventadas várias propostas para revitalização produtiva da região, de diversificação da agricultura partindo da mão-de-obra imigrante e disciplinarização dos “nacionais” (PEDROZA, 2003a), mas todas demandavam investimentos efetivos dos governos em saneamento e incentivos, que não eram realizados. Pela falta desses “incentivos”, com os antigos barões do café já mortos e seus herdeiros desinteressados pelas terras cansadas, insalubres e alagadas que impunham muitos esforços para o lucro, o interesse da *plantation* abandonou a região e deu espaço para que antigas grandes fazendas fossem desmembradas, aforadas ou simplesmente tivessem suas bordas apossadas por famílias de lavradores pobres. Chamarei esse processo de ‘re-sertanização’ da outrora próspera Baixada Fluminense,

com paralela re-camponesação³ de grupos de trabalhadores, antes submetidos às grandes fazendas.

Não é uma novidade na história do Brasil que áreas outrora controladas por um senhor de terras fossem – na prática – divididas entre famílias de lavradores. Sabe-se que as formas econômicas e sociais que podem ser denominadas ‘camponesas’ resultaram de distintos movimentos históricos da nossa estrutura agrária. Tal campesinato⁴ se subordinava aos movimentos de sístole e diástole da vida econômica da grande lavoura: quando esta se expandia, passava a necessitar de um número maior de braços e terras de vizinhos; quando se retraía, o camponês e suas terras eram menos solicitados (MOURA, 1986). Por outro lado, nos períodos das crises econômicas era comum que imensas fazendas agroexportadoras fossem divididas em parcelas menores ou até abandonadas, possibilitando o surgimento de várias posses familiares voltadas para a produção de alimentos, como atesta o caso da antiga região cafeeicultora no Vale do Paraíba e da Baixada Fluminense (MOURA, 1986; MATTOS, 2009; ALENTEJANO, 1997; GEIGER & MESQUITA, 1956).

Por isso, a noção de ‘decadência’ e de ‘abandono’ deve ser usada entre muitas aspas. Quem vê a região abandonada são os grandes senhores porque, para a exportação, houve concretamente decadência na produção (SANTOS, 1984), principalmente se comparada ao passado de grande fazenda escravista. Mas, para outro grupo social, esse “abandono” abriu novas possibilidades de trabalho da região, já que o

³ O processo de recamponesação, ou de recriação do campesinato, seria aquele em que grupos sociais distantes ou afastados do meio rural voltariam ou se reencontrariam com esse meio, criando ou recriando o “modo de vida” camponês. Segundo Theodor Shanin, processos de recamponesação no mundo contemporâneo contrabalançam as teses que vaticinavam o declínio e fim inexorável do campesinato com a penetração do capitalismo no campo (SHANIN, 1986). Shanin nos mostra que no capitalismo também há espaços ou formas de se recriar a condição camponesa, por exemplo, devido às políticas governamentais ou práticas espontâneas de colonização em áreas de fronteira; devido às conquistas dos movimentos sociais de luta pela terra, que conseguem assentar no meio rural trabalhadores de origem urbana; ou também devido à retração econômica de antigas áreas dedicadas à *plantation* que, esvaziadas pelos interesses de acumulação, podem ser mais livremente povoadas por outros interesses e modos de vida, como os camponeses. Segundo Otávio Velho, na década de 1950 no Brasil há o início do avanço em larga escala da frente de pequenos agricultores em terras novas (VELHO, 1979: 60). Podemos também verificar processo parecido ainda nas décadas anteriores, na Baixada Fluminense, com a sedimentação de antigos moradores expulsos de outras regiões de *plantation* decadente, sobretudo do Norte Fluminense, Espírito Santo e Minas Gerais (PEDROZA, 2003b).

⁴ A definição do que seria o campesinato brasileiro é um debate amplo. Depois de décadas de uso bastante restrito, atualmente o termo vem tendo seu uso ampliado nas ciências sociais e humanas. Vide, por exemplo, a coleção *História Social do Campesinato no Brasil*, reunindo pesquisas sobre diversos casos, que confluem para uma melhor caracterização e conhecimento a respeito deste grupo social e seu devir ao longo da história brasileira. A caracterização geral de um camponês brasileiro o identifica como um poliprodutor integrado ao mercado, mas que organiza sua produção com base na mão-de-obra familiar, tendo como referências valores socioculturais e modos de gestão próprios, diferentes de outros trabalhadores. (GODOI, 2009)

desinteresse dos grandes proprietários em cultivar permitia que pequenos agricultores sem posses (arrendatários, parceiros e posseiros) pudessem mais facilmente viver e trabalhar naquelas terras.

Modo de chegar e viver nos Sertões Cariocas e Baixada Fluminense no século XX

Nas primeiras décadas do século XX se dá uma nova onda de migrações internas de trabalhadores para os sertões cariocas e baixada. A chegada desses novos ocupantes pode ser balizada aproximadamente na década de 1920. O florescimento de novas atividades nessas áreas abandonadas, principalmente a cultura de gêneros alimentícios, de frutas e a extração de madeira, mesmo controladas por grandes proprietários, atraiu muitas famílias de pequenos lavradores, que se associavam a essa produção por meio de parcerias, aforamentos, pequenos lotes ou posse. Grynspan defende inclusive que as lavouras desses pequenos eram significativas no conjunto geral da produção agrícola da região, contrariando a média estadual de decréscimo da produção de alimentos (1987: 39).

Por que vieram os posseiros para as terras da Baixada Fluminense? Seguiremos a descrição que jornalistas fizeram da vida de alguns deles, como o relato de Dona Creuza: “Cheguei para este sítio em 1922, juntamente com o meu marido. Aqui só encontramos mato. Passamos as maiores privações nesse lugar e aqui perdemos três filhos, em consequência da água que tomavam”.⁵ O jornal *Imprensa Popular*, noticiando uma ação de despejo em Austin, Nova Iguaçu, no ano de 1952, dizia que “grande parte dos moradores do local ali reside há mais de 30 anos. Quando chegaram, o mato era de meter medo.”⁶ Segundo Mário Grynspan, “as terras da Baixada vão sendo ocupadas por lavradores, oriundos de outras regiões do estado ou do país, e que, vez por outra, são referidos como ‘desbravadores’” (1987: 22). Esses lavradores foram atraídos pelos empregos na produção de laranja em Nova Iguaçu, ou mesmo pela possibilidade de estabelecerem posses ou parcerias para cultivo de frutas, gêneros alimentícios, ou fabrico de carvão (1987: 28).

⁵ Depoimento da lavradora Creuza, ameaçada de despejo no interior de Campo Grande. Manchete: *Em Campo Grande, estado do Rio, mais de 30 posseiros estão sendo expulsos das terras que cultivavam*. *Jornal Terra Livre*, 1ª quinzena de agosto de 1954.

⁶ *Imprensa Popular*, 15 de março de 1952.

OUTRO OLHAR SOBRE A URBANIZAÇÃO, EXPROPRIAÇÃO E AÇÃO POLÍTICA NOS SERTÕES CARIOCAS (RIO DE JANEIRO, 1950-1968)

Vários outros depoimentos apontam que esses lavradores haviam chegado nas "terras livres" de dez a vinte anos antes dos despejos⁷. Essa datação tem uma série de implicações para as quais é preciso atentar. Primeiro, não se configurava a ocupação daquelas famílias como "posse imemorial", pois as pessoas estavam ali havia, no máximo, duas gerações. Esse "campesinato novo", flutuante, é uma das características da ocupação das áreas rurais do estado do Rio de Janeiro e até do Brasil como um todo. Os determinantes para esse pouco enraizamento com a terra em que viviam foram pesquisados por contemporâneos, os geógrafos Pedro Geiger e Miriam Mesquita, que assim sintetizaram o problema:

Outro fato importante que ocorre comumente na Baixada Fluminense, e que as estatísticas não mencionam, são os deslocamentos das populações rurais nos municípios e nas propriedades da região. Esses movimentos são devidos, principalmente, à falta de posse da terra pela maioria dos agricultores (...) raro é o morador que permanece mais de dez anos numa propriedade (GEIGER & MESQUISTA, 1956: 44).

A concentração fundiária no estado do Rio de Janeiro tinha relação direta com a exclusão de grande parte da população rural da posse e da propriedade da terra em que trabalhavam. Por isso havia no estado do Rio de Janeiro um fluxo relativamente intenso de populações rurais em busca de novas terras para se estabelecerem (GRYNSPAN, 1987; GEIGER & MESQUISTA, 1956). De uma forma ou de outra, estamos lidando com opções que ensaiaram recriar condições de vida autônomas, pois aproveitaram da possibilidade de ocuparem novas terras e não ir para as cidades nem se proletarizar no campo.

Também parece ser possível dizer que as famílias de trabalhadores chegaram à Baixada Fluminense naquele momento porque foram expulsas do interior do estado do Rio de Janeiro ou de estados vizinhos (sobretudo o Espírito Santo) devido à transformação agrícola dessas regiões, antes ainda do grande êxodo rural-urbano. O motivo que trouxe os novos posseiros para terras livres da Baixada Fluminense e não para os subúrbios da cidade do Rio de Janeiro (isto é, optaram por um êxodo rural→rural e não rural→urbano), pode ser entendido se pudermos nos despir do olhar teleológico e abordar o processo sob outra perspectiva.

⁷ Em Campo Grande, estado do Rio, mais de 30 posseiros estão sendo expulsos das terras que cultivam. Terra Livre, 1ª quinzena de setembro de 1954. Carta confirma violência. Correio da Manhã; 03 de dezembro de 1966. Nova investida dos grileiros de Xerém. Imprensa Popular; 01 de outubro de 1953. Lavrador lançado à miséria. Imprensa Popular; 06 de janeiro de 1954. Ninguém me põe fora da terra! Imprensa Popular; 18 de julho de 1954.

Até meados do Estado Novo, parte significativamente da população rural brasileira (o “campesinato itinerante”) migrou para terras livres ou para outras áreas rurais quando se adaptava às oscilações e expulsões típicas do sistema tradicional de *plantation* (GARCIA JR & PALMEIRA, 2001). Estes constantes deslocamentos entre fazendas e fronteiras, no entanto, continuavam a reproduzir a mão-de-obra e os acordos necessários para a perpetuação das fazendas e sítios, constituindo seus elementos de normalidade e não de crise. Ainda naquele tempo, o estado do Rio de Janeiro possuía uma zona rural aberta e produtiva, como destacavam os censos de 1920 e 1940. Portanto, parece compreensível que os lavradores que chegam à Baixada e estabelecem seus sítios nesta época não vislumbravam que a situação pudesse mudar em tão curto prazo. (GEIGER & MESQUISTA, 1956: 44 e GRYNSPAN, 1987: 176).

A vida dos posseiros da Baixada Fluminense não era fácil. Depois de terem arcado com todo o esforço para sanear as terras, derrubar as matas e construir benfeitorias, os lavradores se mantinham naquelas áreas:

Morando em casas de barro batido, telhado de palha, construídas em terras devolutas (...). Na verdade ali não há nenhum recurso ou assistência. Se um camponês ou algum membro de sua família adocece, tem que caminhar, a pé, cerca de uma hora para receber socorros, pois ali não existe posto de saúde, nem sequer uma farmácia. Não existem escolas e as crianças crescem sem receber qualquer instrução.⁸

Embora esta descrição deva parecer familiar a diversas outras situações do interior do Brasil, em nosso caso ela chama atenção por coexistir com muita proximidade, no tempo e no espaço, às condições de vida de uma grande metrópole em expansão: a cidade do Rio de Janeiro. Falamos de regiões que, pelas rotas atuais, distam de uma a três horas do Centro da Cidade do Rio.

As famílias de lavradores produziam gêneros para subsistência e/ou mercado local. As principais culturas eram aipim, feijão, milho e frutas, sobretudo a banana, cuja escolha pode ser entendida se observarmos que todas podem ter dupla utilidade: consumo familiar ou venda no mercado, dependendo para tanto dos preços e das necessidades no momento. Pelos depoimentos, as dificuldades enfrentadas pelos pequenos agricultores vizinhos à capital federal de manter sua produção agrícola eram muito peculiares: ao mesmo tempo em que tinham a missão de abastecer de gêneros alimentícios um vasto mercado consumidor urbano, não eram contemplados com

⁸Organizaram-se para enfrentar os grileiros. Imprensa Popular. 18 de setembro de 1954.

OUTRO OLHAR SOBRE A URBANIZAÇÃO, EXPROPRIAÇÃO E AÇÃO
POLÍTICA NOS SERTÕES CARIOCAS (RIO DE JANEIRO, 1950-1968)

nenhuma assistência técnica, creditícia ou comercial, como se, para o Estado, não existissem de fato. É a conclusão que fica patente quando sabemos que:

Vivendo nas imediações da própria capital da República, os camponeses do sertão carioca não dispõem de financiamentos do governo, embora sejam abastecedores naturais da população. Não recebem praticamente nenhuma ajuda técnica. As pragas atacam suas lavouras, como acontece presentemente com os bananais de Jacarepaguá, Campo Grande e imediações. (...).⁹

Essa falta de apoio fazia com que as condições de produção fossem tradicionais, com nível zero de mecanização, adubação, preparo do solo e, também, sem nenhum beneficiamento do produto agrícola final. A produção que era vendida *in natura* para intermediários, que se alimentavam da falta de condições do lavrador vender melhor seu produto e acabava, por vezes, encarecendo para o consumidor o que foi vendido pelos agricultores a preços irrisórios. Essa situação era constantemente denunciada pelas associações de lavradores.

(...) Como os cereais não custavam o suor do ministro João Cleofas, são vendidos por preços baixíssimos aos particulares, que passam a fazer concorrência aos colonos, e tendo no fim lucros muito maiores do que os que trabalharam para plantá-los. Dessa forma, quando os colonos do Núcleo São Bento vão às feiras livres vender os seus produtos, encontram os particulares fazendo-lhes concorrência com os próprios cereais por eles plantados, e que são quase dados aos particulares pelo Ministério da Agricultura.¹⁰

No caso desses colonos, eram obrigados a vender para o Ministério da Agricultura. No geral, a necessidade de vender a produção a intermediários a baixo preço estava ligada às promessas de venda antecipadamente feitas aos agiotas que fornecessem algum crédito aos lavradores, fator que impedia a capitalização desses produtores e o incremento de suas técnicas de produção, como constatou a reportagem a seguir:

O lavrador carioca é obrigado a entregar a produção aos intermediários e ainda submeter-se ao tabelamento arbitrário da COFAP. (...) o médio e pequeno lavrador não são beneficiados pelo crédito fácil e a longo prazo, nem mesmo por crédito nenhum, vivem sujeitos ao agiota pagando juros de 5 a 10% ao mês.¹¹

⁹ Conferência Regional dos Trabalhadores Agrícolas. Imprensa Popular. 21 de agosto de 1954.

¹⁰ Explorados pelo Ministério da Agricultura os camponeses de Nova Iguaçu. Imprensa Popular. 23 de janeiro de 1954.

¹¹ Liquidada pela prefeitura a produção agropecuária. Imprensa Popular. 12 de agosto de 1954.

Algumas intervenções existiram, mas nem sempre tiveram os efeitos esperados sobre as condições de vida e trabalho dos agricultores da Baixada. Obras de drenagem e saneamento do governo federal começaram efetivamente apenas em 1938, e se concentraram maciçamente nos municípios da Baixada mais próximos à cidade do Rio de Janeiro (GRYNSPAN, 1987: 42). Essas obras faziam parte de um plano maior que tencionava desde melhorar a salubridade da região até fomentar a colonização intensiva, passando pelo incremento da rede de transportes para escoamento da produção.¹² Uma das metas era a criação de um cinturão verde que produzisse gêneros alimentícios para abastecimento da cidade do Rio de Janeiro,¹³ para tentar solucionar as crises de abastecimento vividas após a 2ª Guerra Mundial. Para tanto foram formados, até 1955, sete núcleos coloniais no estado do Rio. Além da colonização, desde o início do governo Vargas era prioridade do governo federal a regularização fundiária da região, pois já se apresentava como um problema a apropriação indébita de terras públicas e devolutas. Por isso, o governo tentou implementar uma série de medidas para controlar a ocupação fundiária e agrícola, principalmente nas áreas de patrimônio federal, como a Fazenda Nacional de Santa Cruz (MELLO, 1996, MENDES, 1950, SILVA, 1961).

Mas, em 1954, a Imprensa Popular já denunciava vários problemas no funcionamento dos Núcleos Coloniais da Baixada:

As colheitas feitas pelos colonos do Núcleo São Bento e que deviam pertencer totalmente aos mesmos, são, entretanto divididas com o Ministério da Agricultura, que fica com a metade dos produtos. Obrigados a uma produção restrita em virtude dos contratos a prazo curto, cara devido às inúmeras dificuldades, os lavradores não encontram um mercado onde livremente possam vender seus produtos ao consumidor. Têm de entregar toda a produção à especulação dos intermediários e ainda se submeter arbitrariamente ao tabelamento arbitrário da COFAP.¹⁴

Os órgãos responsáveis por gerir os núcleos se tornaram verdadeiros patrões e açambarcadores da produção, sem a contrapartida da assistência que deviam fornecer. Por isso, os lavradores dos núcleos acabavam ficando aprisionados numa rede em que o Estado cobrava tabelamentos, impostos sobre a terra e nada dava em troca. Se não fosse

¹² Segundo Mário Grynspan, “A colonização no Brasil se inseria na retórica estadonovista de construção da nacionalidade, de expansão do Brasil dentro de suas próprias fronteiras, de conquista do interior do país e de ocupação e recuperação de seus espaços vazios. Visava-se, com o deslocamento controlado da fronteira agrícola, a redução de tensões nas áreas mais tradicionais e mais densamente povoadas.” (GRYNSPAN, 1987: 44).

¹³ Decreto-lei 893, decreto-lei 5110 de 12 de janeiro de 1940. Ver também (SILVA, 1961: 4 e 11); (GRYNSPAN, 1987: 45).

¹⁴ Liquidada pela prefeitura a produção agropecuária. Imprensa Popular. 12 de agosto de 1954.

suficiente, o governo pagou a particulares preços elevados pela desapropriação de terras valorizadas por obras públicas, em outros locais realizou drenagem dentro de domínios particulares, além de adquirir terras que já lhe pertenciam (GEIGER & MESQUITA, 1956: 154; GEIGER & SCHAEFFER, 1951: 101).

Mas, mesmo com todas essas dificuldades, os lavradores cariocas e fluminenses se regozijavam por ser livres e poder ver as realizações do próprio trabalho na terra. Dona Creuza, por exemplo, conta todas as suas dificuldades mas termina dizendo que “vivíamos calmamente até no ano passado, quando fomos intimados, os 32 posseiros, para comparecer à delegacia de polícia”.¹⁵ É sua posição independente da exploração direta do sistema capitalista que os lavradores do sertão carioca gostavam muito de frisar: a vantagem de não ter patrões e poder fazer o que quisessem em sua própria terra. Eles lembravam bem da condição de sujeição em que viviam anteriormente e, para conquistar e manter essa autonomia tinham feito, e ainda faziam, os maiores sacrifícios.

A valorização dos sertões: urbanização e especulação na Baixada

Dados demonstram que já nos anos de 1950 era bastante alto o índice de urbanização da população da Baixada, e que as áreas rurais das imediações das cidades vinham perdendo suas características agrícolas (GRYNSPAN, 1987). Esse processo de esvaziamento da produção agrícola foi, não coincidentemente, concomitante com o início do enorme fluxo populacional para a cidade do Rio. Nessa sobra de gente para pouca casa é que as terras da baixada se revalorizaram economicamente, mas em outras bases que não a agricultura. O que aconteceu foi o abandono da política de formação de um “cinturão verde” em prol de outras prioridades. O incentivo da “vocaçãõ agrícola” da Baixada foi concomitante com a promoção industrial de outras regiões do estado, só que com pesos muito distintos: enquanto a produção de alimentos diminuiu 35%, entre 1940 e 50, a população urbana subiu de 37,5% para 47,5% do total da população do estado, no mesmo período (CODERJ, 1970 *apud* GRYNSPAN, 1987: 48).

Foi o próprio crescimento da cidade do Rio de Janeiro e do seu mercado de trabalho, com seu poder de atração sobre populações de outras partes do país e com o encarecimento do seu solo, que provocou um deslocamento populacional para áreas circunvizinhas. O que vai se observar em municípios como Duque de Caxias e Nova Iguaçu, por exemplo, a partir dos anos 1940, é uma rápida transformação do espaço

¹⁵ Em Campo Grande, estado do Rio, mais de 30 posseiros estão sendo expulsos das terras que cultivam. Terra Livre. 1ª quinzena de setembro de 1954.

rural em urbano e uma acentuada valorização da terra como ativo financeiro (GRYNSPAN, 1990: 112).

A ação especulativa no sertão carioca refletiu interesses de alguns setores dominantes. Seria muito difícil trabalhar no Rio e morar, por exemplo, em Nova Iguaçu, se não houvesse um sistema viário minimamente eficiente para um transporte pendular diário de dezenas de milhares de trabalhadores. Daí haver empresários, loteadores, donos de empresas de ônibus, empreiteiros, entre outros, interessados nessa questão. A construção de estradas de rodagem (sobretudo a rodovia Presidente Dutra, ligando os centros do Rio de Janeiro e São Paulo), a eletrificação e construção de ramais da estrada de ferro para a periferia e a implantação de indústrias (na Baixada a refinaria Duque de Caxias e a Fábrica Nacional de Motores) possibilitaram a formação de cidades-dormitório, como serão caracterizados os centros urbanos dentro da área chamada de Grande Rio.

A ação do Estado nesse momento foi fundamental, já que dotou a área de infraestrutura de transporte, comunicações e energia, condições fundamentais para o desenvolvimento industrial, mas que também deu impulso para a atividade especulativa (ALENTEJANO, 1997: 82). A ação do Estado em prol da especulação das terras também se deu quando, nos anos 1940 e 50, grandes extensões de terras públicas recém-valorizadas foram alienadas a particulares a preços abaixo do mercado (GEIGER & MESQUITA, 1956: 66-68).

Aspecto não irrelevante é a forma com a que a valorização imobiliária se reveste de violência nos sertões cariocas e na Baixada Fluminense, funcionando como combustível para estratégias e táticas de ação contra a lei, contra os agricultores estabelecidos e até contra a propriedade legalmente titulada na região. Pesquisadores já na década de 1960 notavam que o papel das grandes rodovias era bastante diferente das ferrovias, no período anterior. As rodovias não incentivavam o povoamento de suas margens, já que vinham acompanhadas da alta do preço da terra marginal e também de grandes proprietários interessados em lucrar com elas. (SEGADAS SOARES, 1962).

Segundo Israel Beloch, que pesquisou o processo de valorização imobiliária propiciado pela inauguração da BR-040 (estrada que liga o Rio de Janeiro a Petrópolis, cruzando o município de Duque de Caxias) em 1928:

O processo de aquisição e domínio dessas terras semi-abandonadas assumiu feição de verdadeira conquista pelas armas. (...) arrematavam-se terras ilegalmente e os proprietários mais fortes procuravam manter o seu domínio sobre seus bens,

organizando gangs armadas que espalhavam a morte nas redondezas, entre os quilômetros 31 e 42 da Rio-Petrópolis. (BELOCH, 1986: 24)

A valorização súbita de terras até então devolutas ou abandonadas fez crescer também a corrida aos cartórios locais e corrupção envolvendo seus funcionários, visando a confecção de falsos títulos de propriedade. Os processos de expropriação podiam envolver complicadas redes de legalidades forjadas, em que os lavradores se viam sem condições de responder à altura. Novamente contava pontos aqueles que tivessem melhores relações com esses agentes de cartórios e polícia locais e, ao mesmo tempo, tivessem força e armas para resistir às investidas de seus “inimigos” (GRYNSPAN, 1990b).

Tenório Cavalcanti é o grande exemplo de todo esse processo: na época da construção da BR-040 ele era administrador de fazendas que ficavam em suas margens. Pelas suas memórias, vemos que ele soube aproveitar as boas oportunidades que se apresentavam. “Vendendo lenha e carvão, adquiri dinheiro para comprar quarenta e três propriedades”. Mais tarde, com a valorização, Tenório conta que conseguiu “reunir cerca de quarenta homens no meu barracão, todos eles afeitos àquela vida rude, rápidos no gatilho, corajosos, dispostos a enfrentar qualquer situação. A maioria viera do Norte” (CAVALCANTI *apud* BELOCH, 1986: 46). Em 1945 ele já tinha sido eleito vereador quatro vezes, pela UDN, e nos anos posteriores chegou a ser candidato a governador, permanecendo como liderança política da Baixada até os anos 1970, sempre envolvido em questões de terras no local (GRYNSPAN, 1990b). Qualquer semelhança com um faroeste não é mera coincidência.

E quais as repercussões desses novos interesses na vida dos sertões cariocas? Os despejos.

Um novo olhar sobre despejos, conflitos e resistência

Os despejos pareciam ser realmente o maior problema da região. Segundo artigo do jornalista Maurício Hill, publicado no *Última Hora* em 1962, a Baixada passara a ser “o Nordeste sem seca”, com aproximadamente cinco mil famílias ameaçadas¹⁶ pelo avanço dos loteamentos, relacionado diretamente com a transformação do espaço rural em urbano (GRYNSPAN, 1987; ARAÚJO, 1982).

¹⁶ HILL, Maurício. *Baixada, Nordeste sem seca*. *Última Hora*. Edição do estado do Rio de Janeiro. Niterói. 30 de agosto de 1962.

As obras dos microhistoriadores italianos nos fornecem uma metodologia diferenciada para abordagem de processos ‘macrológicos’. A partir delas, reformulei algumas premissas comumente aceitas pelo senso comum *savant* a respeito dos conflitos de terra nos sertões cariocas. Fazer essa ligação entre ações micro e resultado macro não é algo simples. Entender o que faz de uma atitude pessoal um “diferencial” num processo histórico de mudança, isto é, a forma concreta com que se constrói, se desvia ou se obstaculariza um processo considerado “avassalador”, é um desafio a ser encarado por historiadores e historiadoras interessados em desvelar o papel do humano nas grandes transformações sociais.

Postulo que existe uma articulação estreita entre as opções microscópicas dos sujeitos com a construção dos macro-fenômenos e, principalmente, que a análise destas articulações pode lançar novas luzes sobre a compreensão da gênese, transformações e resultados do processo de urbanização dos sertões cariocas. Ainda é um grande desafio perceber como “fenômenos maciços podem ser lidos em termos completamente diferentes se buscamos apreendê-los por intermédio de trajetórias e estratégias individuais ou familiares” (REVEL, 1998:12). Reforçando essa tese, como alerta Thompson, a história não se faz de processos abstratos, mas sim de atos, reflexos e erros de pessoas concretas.

Assim, sustento a aposta de que “*vidas minúsculas e anônimas também participam, à sua maneira, da grande história*” (REVEL, 1998: 13), isto é, das grandes transformações políticas e/ou econômicas porque passa uma região ou um país, e não somente da “pequena história”, hoje em dia encarada como “história do cotidiano”, ou de como criar filhos, conseguir favores e sobreviver do trabalho em situações adversas. Concretamente, quem atuou nos focos de conflitos dos sertões cariocas foram policiais, migrantes, prefeitos, vereadores, deputados, juízes, delegados, militantes políticos de tendências as mais diversas, jornalistas, funcionários públicos, enfim, indivíduos que representavam os mais diversos interesses e níveis de intervenção. Nesse sentido, as combinações, alterações e reversões de decretos ou estratégias políticas oriundas de campos e agentes tão diferentes quanto Tenório Cavalcanti e o Partido Comunista, mostram o embaralhamento de lógicas sociais que não pode ser simplificado num fluxo unidirecional de opressão total do poder central para a aceitação passiva das camadas mais pobres em nível local.

Por isso, é preciso mostrar que mesmo um processo político que gerou mudanças tomou “direções imprevisíveis (...) fruto do seu encontro com protagonistas ativos”

(LEVI, 2000: 49). Se encararmos o devir dos sertões cariocas como uma construção não determinada *a priori*, mas forjada do embate entre esses agentes, se torna essencial para uma pesquisa desse tipo a reconstrução dos espaços de interação entre poder local, regional, central e agentes sociais conflitantes (partidos, sindicatos, parentes e indivíduos).

Então, vamos começar a pensar esse processo de outra forma, mesmo apenas indicando essas possibilidades nas partes que se seguem.

Primeiro, olhando de perto vemos que nem todos os lavradores que serão ameaçados e expulsos eram posseiros *stricto sensu*. Muitos eram foreiros e arrendatários de longa data. Até o início da década de 1940 o desinteresse e a desvalorização da região eram tamanhos que os foros que deviam ser pagos pelos lavradores aos proprietários das terras eram mínimos, dando àqueles a sensação de estarem “quase” independentes. O que os reúne sob a mesma identidade de “posseiros” é o fato de terem acesso garantido à terra e autonomia produtiva, mesmo que pudesse haver um proprietário ou o pagamento de pequenas rendas. Corroborando as conclusões de Eliane Cantarino, vemos que a identidade de “posseiro” que se cria nesse momento é uma identidade política, mediada pela análise local da conjuntura e dos antagonistas, visando reunir sob um mesmo manto um conjunto diferenciado de agricultores, até de não agricultores (O'DWYER, 1988).

Outro aspecto deste processo que pode ser requalificado é a própria dinâmica dos despejos, sobretudo dos agentes e das formas pelas quais se moveram. O processo de crescente pressão para que os lavradores abandonem suas terras, a que chamei de “descamponesação” da região, foi bem mais complexo, de trama mais complicada, do que o mero uso da violência para expulsar os trabalhadores. Os expropriadores podiam ser bancos, empresas imobiliárias, famílias e até órgãos públicos. E o tempo decorrido entre a ameaça e a efetivação do despejo pode ser de alguns meses a várias décadas, incluindo a hipótese da resistência vitoriosa dos agricultores.

Quando se tratava de propriedades com proprietários conhecidos, com a retomada do interesse econômico nas suas terras, estes se fizeram mais presentes, exigindo foros mais altos, proibindo cultivos permanentes, ou simplesmente requerendo a terra de volta, ao final do contrato. Em 1920, o Banco de Crédito Móvel, novo proprietário de terras em Jacarepaguá, “aumentou de 100 a 200% o preço dos antigos alugueis, cujo não pagamento implicaria em “despejo sem ressarcimento das

benfeitorias porventura existentes” (CORREIA, 1936). Ainda em 1922, outros agricultores das baixadas foram expulsos depois do aumento do imposto territorial e do saneamento (GALVÃO, 1962). Em 1955, o Ministério da Marinha, se dizendo proprietário de grande área em Campo Grande, expulsou seus antigos moradores para construir uma fábrica de armamentos¹⁷. Em 1956, “moradores de Cosmos, Campo Grande, reclamam contra a brutal intromissão de alguns grandes proprietários locais em pequenas propriedades de lavradores”¹⁸. Um casal de lavradores acabava de ser despejado e denunciava-se que o proprietário contratara um pistoleiro.

Podemos achar a princípio que a primeira providência era desocupar o imóvel, tornando-o livre para suas transações comerciais. Mas não. Em alguns casos, os proprietários legais se sucederam durante anos, sem incomodar os posseiros que viviam em suas terras. Esperavam certamente o momento propício para expulsá-los, que poderia demorar vários anos. Neste meio tempo, os agricultores permaneceram mas eram constrangidos, por exemplo, a não fazer cultivos nem benfeitorias permanentes. Essa diferença entre lavradores proprietários e não proprietários conferiu feições distintas entre as áreas de baixada e de serra dos sertões cariocas. Segundo Maria do Carmo Correia Galvão, na década de 1960 as baixadas viviam “um caos fundiários, com venda sobre revenda de áreas a particulares ou cias imobiliárias, gerando instabilidade no povoamento”, enquanto nas serras (como a de Vargem Grande, em Jacarepaguá) “80% são proprietários que adquiriram as terras há 15 anos ou mais, essa estabilidade da propriedade se traduz em habitações mais sólidas, árvores frutíferas permanentes” (GALVÃO, 1962).

A localização geográfica, a qualidade do solo, a insolação, a drenagem natural, a origem dos moradores e seus vínculos associativos prévios, o tempo de permanência no local, a proximidade a empreendimentos de vulto, a núcleos urbanos, sindicatos e militantes, a presença de autoridades locais e da imprensa, todas essas variáveis parecem ter tido influência na forma como se processaram a valorização, a especulação e a ação política dos lavradores ameaçados. Tamanha diversidade, novamente, não pode ser acachapada sob um mesmo rótulo, nem teve o mesmo resultado. O que defendemos justamente é que essa diversidade seja incorporada à explicação complexa do desenrolar desses processos, o que demandaria trabalhos de campo e de micro-análise e a síntese

¹⁷Arquivo Edgar Leuenroth. Coleção Otávio Brandão. Dossiê Questão Agrária. Pastas 200 a 205; e Imprensa Popular, 2/3/1955. Manchete: Um degenerado a serviço do Ministério da Marinha.

¹⁸Querem expulsar os lavradores. Imprensa Popular, 11 de dezembro de 1956.

deles, ainda não realizados. O que deixamos aqui são algumas pistas que podem ser perseguidas por esses trabalhos.

Sobre o caráter híbrido da resistência e dos direitos de propriedade dos posseiros

Uma delas, que tenho procurado analisar em meus trabalhos, é a do caráter híbrido, por vezes ambíguo, das formas de resistência aos despejos adotadas pelos posseiros. Defendo que a resistência dos posseiros fluminenses contra os despejos impostos pelos grileiros, grandes proprietários e mais tarde pelo próprio Estado, era ao mesmo tempo nova e antiga.

Antiga no sentido que se baseava em princípios de legitimidade historicamente duradouros, que permearam as lutas pela permanência na terra durante toda a história brasileira, por vezes amparada pela leis coloniais de incentivo ao cultivo, por outras simplesmente sabendo-se justas dentro de um código de valores populares que se opunham aos títulos de propriedade de sesmeiros e grileiros (MOTTA, 1996; L. SILVA, 1996). Uma grande continuidade histórica traçada por Márcia Motta pode ser percebida na tentativa dos posseiros de usar determinados argumentos jurídicos – como hoje o usucapião ou a função social da propriedade – para dar legalidade às terras que povoam (MOTTA, 1996). A nosso ver, a afirmação dos direitos de posse compunha uma parte da cultura popular que "não está sujeita, em seu funcionamento, ao domínio ideológico dos governantes" (THOMPSON, 1998: 19).

Mas, quando nas décadas de 1950 e 60 os posseiros do sertão carioca resgataram princípios antigos, eles também atualizaram esses códigos, inclusive fazendo com que parte de suas reivindicações fosse incorporada à legislação muitos anos depois. Minha hipótese é de que, no momento da disputa pela terra, esses lavradores se lembraram e se utilizaram de direitos e de representações de Justiça que conheciam, mas que foram cunhados para outro contexto histórico. Reforço de novo que as tradições, longe de estarem imóveis nas lembranças do passado, são continuamente reinventadas pelas classes trabalhadoras, segundo suas necessidades do *quê* legitimar como costumes no presente (THOMPSON, 1998).

Agindo dessa forma, numa disputa com novas características (como era o caso da especulação imobiliária na baixada fluminense) eles resgataram antigas legitimidades como instrumentos para se protegerem dos grileiros. E essa é a parte nova da sua resistência. Nos depoimentos recolhidos podemos ter algumas pistas dessas

justificativas, como neste aqui, do lavrador Raimundo Nonato da Silva. Ele morava há vinte e sete anos em terras de Jacarepaguá, até que, em 1952, começou a sofrer ameaças de dois grileiros para que abandonasse sua posse. Ele se defende dizendo que

Há 27 anos quando aqui cheguei, tudo era mato e mosquitos. Secamos o charco e saneamos a restinga. Lavramos, plantamos e logo chegaram os "donos" da terra, (...) Já por duas vezes quiseram me expulsar sem pagar as benfeitorias da terra. Mas eu os toquei à bala. Daqui só saio morto, porque a terra é nossa, nós a saneamos, somos nós que plantamos.¹⁹

Da mesma forma que o senhor Raimundo, todos os outros de que tenho depoimentos são unânimes em afirmar que chegaram em terras virgens, improdutivas (inclusive alagadas, no caso da Baixada), e que pelo próprio trabalho fizeram melhorias e tornaram os sítios férteis. Claramente se baseavam em uma noção costumeira de justiça, que legitimava a posse da terra aos seus primeiros ocupantes, em detrimento do código capitalista formal que reconhece como proprietário aquele a quem pertence o título legal (THOMPSON, 1998; MARTINS, 1994). Por isso, de acordo com sua visão do funcionamento do mundo em geral e da Justiça em particular, eles tinham direitos à terra que fizeram produzir e na qual instalaram benfeitorias.

Outro aspecto não suficientemente debatido deste processo é a forma com que os lavradores percebiam e ativavam seus direitos de propriedade. Neste caso, os posseiros eram amplamente tidos como “sem direitos”, já que não conseguiam comprovar o usocapião na forma da lei do momento. Mesmo assim, algumas famílias atingidas tinham noção de quem eram os inimigos, quem era mais forte e quais seriam os direitos legítimos pelos quais lutariam. Vejamos por exemplo a fala da lavradora Maria Pereira Leite, ao ser chamada de invasora pelo general que a ameaçava de despejo:

Mas, general, eu não invadi. Eu trabalhei muito na minha terra e agora vou ser expulsa? Pobre não tem vez mesmo?(...)O general Castelo Branco [chefe do serviço de levantamento do Núcleo de Capivari] disse que não sabia de nada sobre os lavradores. Mentira. Pura mentira. Ele sabe de tudo, principalmente das derrubadas e das roças ocupadas pelos soldados da guarda Rural que trabalham para ele. Há soldado escondido até em tocas, próximo aos locais dos despejos e das lavouras destruídas.²⁰

Neste pequeno trecho, vemos que a lavradora Maria Luiza sabe diferenciar invasão e posse. Ela soube contrapor à acusação de "invasão" o fato de sua posse ter

¹⁹*Ninguém me põe fora da terra!* Imprensa Popular. 18 de julho de 1954.

²⁰*IBRA ameaça agora lavradores de Capivari.* Jornal do Brasil. 02 de dezembro de 1966.

sido primária, mansa e pacífica e o seu trabalho de cultivo, o que deslocou o eixo da acusação de ela própria para a legitimidade do despejo das famílias que sobreviviam da pequena agricultura. Mas, quando pontua que "pobre não tem vez mesmo" ela sabe que, por detrás das justificativas que o general possa dar e ela desmentir, a "vez" dificilmente será de quem não exerce a violência legal. A lavradora identificou bastante bem os polos antagônicos: de um lado, os pobres que trabalham, de outro, o general que se apoia na mentira e na violência de seus soldados, inviabilizando sua permanência na terra. Mais ainda, ela demonstrou um alto nível de consciência das falcatruas legais e ilegais que eram cometidas pelo general, como a sua preferência por terras dos posseiros já valorizadas pelo trabalho. Sua síntese é clara:

(...) O IBRA nos destrói. Os homens do IBRA só escolhem as terras produtivas. As terras que não estão trabalhadas, eles não reclamam nem dizem que tem outros donos.(...) O que a gente sofre, o general não sente. Para ele, parece até que nós somos uma doença, que ele precisa afastar.²¹

Nessa fala há tanto uma mostra tanto da coragem dessa mulher quanto do rancor dos lavradores, que vai sendo criado em relação ao IBRA e à guarda rural. Os lavradores da estrada do Curtume, na Fazenda Santa Cruz, pensaram aproximadamente da mesma forma. Eles ficaram preocupados com as declarações do presidente do IBRA, Sr Paulo de Assis Ribeiro, de que "o maior prato para a imprensa está por vir, quando se começar a agir na Fazenda Santa Cruz, área declarada prioritária".²² Um dos lavradores entrevistados, Benedito de Alcântara Filho, ao justificar seus direitos e falar das violências cometidas pela Guarda Rural em outras localidades, afirmou: "Não tenho receio, tenho razão. Mas, apesar disso, tenho medo da razão deles, que nunca empregam os mesmos métodos que nós."²³

Sua afirmativa também é emblemática: ao mesmo tempo em que sabe que tem direitos, sabe também que, segundo a razão do opositor, esses direitos podem não ser reconhecidos. Benedito teme ser despejado pois os fatos que ele pensava legitimar sua posse – o pai ter sido o primeiro a cultivar uma terra abandonada e ele trabalhar para sustentar sua família – não tinham sido suficientes para deter os despejos que já aconteciam em outros locais da baixada. Esse lavrador do Núcleo Colonial de Santa

²¹IBRA ameaça agora lavradores de Capivari. Jornal do Brasil. 02 de dezembro de 1966.

²²IBRA alarma lavradores de Santa Cruz mas lavradores querem continuar em Santa Cruz. Jornal do Brasil. 04 de dezembro de 1966.

²³IBRA alarma lavradores de Santa Cruz e lavradores querem continuar em Santa Cruz. Jornal do Brasil. 04 de dezembro de 1966.

Cruz percebe que as regras estavam mudando e, se as anteriores lhe conferiam "razão", as ações atuais do IBRA lhe mostravam que uma "nova razão" estava atuando exclusivamente a favor dos interesses dos "que nunca empregam os mesmos métodos que nós". Não bastando suas razões serem distintas, o que caracterizaria apenas um conflito entre partes iguais, os métodos de ação das partes, mais que diferentes, são desiguais: eles podem usar da força, da violência, e impunemente.

Por isso, com base no resgate dessa "cultura tradicional rebelde", defendo a hipótese de que os lavradores, mesmo os que não tiveram contato com mediadores externos, conheciam seus antagonistas, seus direitos e os limites da legislação que os protegia, dentro da 'arena de luta de classes' em que se encontravam. Mesmo que seus objetivos diferissem dos grandes projetos políticos e estratégias que norteavam os grupos que disputavam em nível nacional não somente a terra, mas a Reforma Agrária ampla e as transformações profundas na sociedade a longo prazo, essa consciência peculiar das condições de dominação e a reação dos lavradores tinham relações com uma tradicional 'cultura popular rebelde' que, por si só, tinha métodos de ação fragmentados, instantâneos, anônimos e diretos, mas era diferente do modelo reacionário e individualista proposto pela visão tradicional que se tem dos trabalhadores rurais.

Conclusão

Não foi pretensão deste trabalho desdizer a existência de um processo efetivo e avassalador de expropriação de lavradores autônomos nas cercanias da cidade do Rio de Janeiro durante os anos 50 e 60. Apenas gostaria de variar a escala e a metodologia de observação para complexificar esse processo histórico e ver como, num ambiente concreto, funcionaram as 'leis gerais do desenvolvimento'. Priorizando outras tramas do social pretendo explicar aspectos dessa "modernização" que não ficam suficientemente visíveis de outros ângulos. Perceber, por exemplo, como a legislação agrária e agrícola da época foi usada e retorcida de maneira a se adaptar a projetos diversos de uso da terra, mostrando o quanto há de "margens de manobra" mais ou menos limitadas para as ações locais.

Essas são algumas perguntas que, no meu entender, só poderão ser suficientemente respondidas com uma "mudança de escala" na análise dos processos de expropriação fundiária e mobilização política, com vistas a ampliar o conhecimento acerca da capacidade sociopolítica de pessoas que, localmente, colaboraram ou reagiram

OUTRO OLHAR SOBRE A URBANIZAÇÃO, EXPROPRIAÇÃO E AÇÃO POLÍTICA NOS SERTÕES CARIOCAS (RIO DE JANEIRO, 1950-1968)

segundo suas estratégias pessoais ou familiares para a criação de novas paisagens, novas identidades políticas e novos problemas legais e sociais, no seio da luta pela terra nos sertões cariocas desse período. Para fazer isso, é preciso transformar a visão única da história em outra que se compõe de uma constante arena onde disputam projetos os mais diversos, e que a transformação social se produz não porque “deus quis assim”, ou porque “esse é o caminho inevitável do progresso”, mas porque:

longe de ser um todo coerente, a vida social é feita de diferenciais, cada um dos quais oferece uma possibilidade de mudança. São eles que permitem que uma inovação, de início insignificante e pouco difundida, se generalize e, ao final, se institucionalize. E é por meio desse mecanismo essencial que se opera a passagem do microscópico para o macroscópico (ROSENTAL in REVEL, 1998: 169).

Isso é, as grandes transformações sociais são fruto da ação e da reflexão de pessoas e grupos que, mesmo que não ajam projetando resultados mais amplos, e sim muitas vezes por interesses pessoais ou corporativos, por exemplo, elas acabam, vez por outra, produzindo diferenciais que facilitam, impedem ou desviam os rumos projetados por outras pessoas ou grupos para um determinado processo, sobretudo pelas agências e agentes do Estado.

Mesmo que se admita o fato de que a urbanização e conseqüente expropriação dos lavradores dos sertões cariocas foi um processo avassalador, continua sendo necessário entender como essa eficácia se construiu em contextos indefinidamente variáveis e heterogêneos. Se percebermos que as forças mais gerais (isto é, que partem de níveis de intervenção com jurisdição mais ampla, como o Estado Nacional ou grandes grupos econômicos) interagem e se modificam a partir de ações e reações locais e concretas entre sujeitos, parece ser possível explicar a heterogeneidade dos resultados históricos da luta contra a expropriação fundiária. O processo de modernização capitalista pode ter, a partir dessas pessoas que resistiram a ele, uma versão muito mais violenta e menos fatalista do que comumente é desenhado naqueles “anos dourados”.

Por isso tudo é que considero pertinente a microanálise desse macrofenômeno. Em nível local é possível ver a “estrutura folheada” do social, o espaço concreto de interação entre várias temporalidades no presente e de vários níveis de intervenção (federal, estadual, regional, local) que, em disputa, também davam abertura às ações e apropriações estratégicas das normas ou de suas brechas. Já foi possível perceber, por exemplo, no emaranhado dos conflitos e também na sua repressão, que os agentes do Estado eram portadores de interesses que se combinavam confusamente entre si, muitas

vezes inoculando-se mutuamente ou permitindo brechas em que outros grupos tinham possibilidade de atuar. Daí concordar com Giovanni Levi, quando disse que:

Nos intervalos entre sistemas normativos estáveis ou em formação, os grupos e as pessoas atuam com uma própria estratégia significativa, capaz de deixar marcas duradouras na realidade política que, embora não sejam suficientes para impedir as formas de dominação, conseguem condicioná-las ou modificá-las. (LEVI, 2000: 45)

Enfim, opções familiares e pessoais, dissensões locais e regionais que puderam transformar ou mesmo brechar temporariamente esse projeto.

Bibliografia

- ABREU, Alzira Alves, Ramos, Plínio Abreu de (org) [et al]. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996.
- AMIN, Samir & VERGOUPOLOS, Kostas. *A Questão agrária e o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ARAÚJO, Frederico. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara 1950-1964*. (Dissertação de mestrado). CPDA, UFRRJ, Rio de Janeiro. 1982.
- BADARÓ, Marcelo. Classes sociais e luta de classes in: BADARÓ, M. (org) *História: pensar e fazer*. Niterói: Uff/LDH, 1998
- BELOCH, Israel. *Capa preta e lurdirinha*. São Paulo: Record, 1986
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O desencanto do outro: mistério, magia e religião nos estudos do mundo rural no Brasil. *Anuário antropológico*, Rio de Janeiro: vol. 91, 1993.
- CAVALCANTI, Tenório. *Memórias de Tenório Cavalcanti: segundo narrativa a Arlindo Silva*. 2ª Edição: Edições O Cruzeiro, 1954.
- CODERJ. *Diagnóstico do Estado do Rio de Janeiro*. 2ª edição. Niterói, 1970.
- CORREIA, Armando de Magalhães. O sertão carioca. In: *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, número 170, 1936.
- GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida; MARIN, Rosa Acevedo (orgs). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*. São Paulo/Brasília: UNESP/NEAD, 2009.
- GALVÃO, Maria do Carmo Correia. *Aspectos da geografia carioca*. Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos do Brasil, Seção regional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1962.
- GARCIA JR, Afrânio Raul e PALMEIRA, Moacir. Transformação agrária. In: SACHS, I. WILHEIM, Jorge e PINHEIRO, Paulo Sérgio (Eds). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- GARCIA, Eduardo. Algumas considerações sobre o setor agroalimentar In: CARNEIRO, Maria José et alii (orgs) *Campo Aberto: o rural no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

OUTRO OLHAR SOBRE A URBANIZAÇÃO, EXPROPRIAÇÃO E AÇÃO
POLÍTICA NOS SERTÕES CARIOCAS (RIO DE JANEIRO, 1950-1968)

GEIGER, Pedro Pinchas e MESQUITA, Mirian. *Estudos Rurais da Baixada Fluminense (1951-53)*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1956.

___ e Schaeffer, Regina S. *Nota sobre a evolução econômica da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: IBGE, 1951.

GRYNSZPAN, Mario, (coord). *Levantamento histórico dos conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro (1950-90)*. Rio de Janeiro: SEAF, 1990a.

___. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-64)*. (Dissertação de mestrado). PPG Antropologia Social, UFRJ: Rio de Janeiro, 1987.

___. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: vol. 14, 1990b.

GUIMARÃES, Alberto P. *Quatro Séculos de Latifúndio*. São Paulo: Fulgor, 1963.

HEGEDÛS, András. A questão agrária. In: HOBBSAWM, Eric (org). *História do Marxismo IV: o marxismo na época da Segunda Internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IANNI, Otávio. *Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1979.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo. Proposta Editorial, 1980.

LENIN, Vladimir I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo. Abril Cultural, 1982.

LEVI, Giovanni. *Sobre a micro-história* In: BURKE, Peter. (org) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

___. *A Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MANN, Susan & DICKINSON, James. Obstáculos ao desenvolvimento da agricultura capitalista. In: *Literatura Econômica*, vol.9, n. 1, Rio de Janeiro: IPEA, 1987.

MARTINS, José de Sousa. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: NOVAIS, F. e SCHWARZ, L. M. (Eds) *História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, vol.4, 1994.

MATTOS, Hebe Maria. *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do escravismo*. Rio de Janeiro: FGV/FAPERJ, 2009.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MELLO, Jorge. *Movimentos de ocupação de terras na Baixada Fluminense - notas sobre o processo de representação política*. Workshop Agricultura e Meio Rural no Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, UFF, UFRJ, APIPSA, 1996.

MENDES, Renato Silveira. *Paisagens culturais na Baixada Fluminense*. São Paulo: FFLC/USP, 1950.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terras e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MOURA, Margarida M. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1986.

NEGRO, Antonio. *O fragmento como via de acesso à história social*. Diálogos. UEM. 1997.

O'DWYER, Eliane Cantarino. *Da proletarização renovada à reinvenção do campesinato*. (Tese de doutorado). PPG Antropologia Social, UFRJ, Rio de Janeiro. 1988.

OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. Petrópolis: Vozes, 1987.

PAIM, Gilberto. Industrialização e Economia Natural. In: *Textos Brasileiros de Economia*. 1, s. 1, 1957.

PEDROZA, Manoela. Herança de disciplina: a memória social do ruralismo sobre os trabalhadores rurais no estado do Rio de Janeiro (1900-1920). *Cadernos do CEOM*, Chapecó, n. 17, parte II, pp. 201 - 222, 2003a.

_____. *Terra de resistência: táticas e estratégias camponesas nos sertões cariocas (1950-1968)* (Dissertação de mestrado). PPG História, UFRGS, Porto Alegre. 2003b.

PRADO JR, Caio. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PUPO, Débora. Doutor Sabino in VESPUCCI, Ricardo (ed) *Rebeldes Brasileiros: homens e mulheres que desafiaram o poder*. São Paulo. Editora Casa Amarela. S/d (vol 1)

RABELO, Maria Aurora. *O materialismo histórico de Thompson e a problemática dos movimentos sociais*. História e Perspectivas, Uberlândia: (6) 1992.

RANGEL, Ignácio. Industrialização e Agricultura. In: *Econômica Brasileira*, 1 (4): 248-9, jul/set, 1955.

_____. Questão Agrária e Agricultura. In *Encontro com a Civilização Brasileira*. Volume 7. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978;

SANTOS, Ana Maria dos. *Agricultural Reform and the Idea of decadence in the state of Rio de Janeiro, 1870-1910*. (Tese de doutorado). Universidade do Texas, Austin. 1984.

SEGADAS SOARES, Maria Therezinha. Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo grande Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*: Abr/jun, 1962.

SERNA, Justo & PONS, Anacleto. *El ojo de la aguja: de qué hablamos cuando hablamos de microhistoria?* In TORRES, Pedro (ed) *La Historiografía*. Madrid: Marcial Pons, 1993.

SHANIN, Theodor. A definição de camponês, conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. *Cadernos SEBRAP*, Petrópolis, n. 26, p. 43-80, 1980.

_____. Chayanov message: illuminations, miscomprehensions, and the contemporary "development theory" In: CHAYANOV, A. V. *The theory of peasant economy*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1986.

SILVA, Ligia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. 2ª Edição. Campinas: UNICAMP, 2008.

SILVA, Luciano P. *O regime jurídico das terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz*. Rio de Janeiro: 1961. (datilografado)

OUTRO OLHAR SOBRE A URBANIZAÇÃO, EXPROPRIAÇÃO E AÇÃO
POLÍTICA NOS SERTÕES CARIOCAS (RIO DE JANEIRO, 1950-1968)

SILVA, José Graziano. *A nova dinâmica da Agricultura brasileira*. Campinas: UNICAMP, 1996.

_____. *O que é questão agrária?* Coleção Primeiros Passos. 18, 2. s.1, 1998.

STÉDILE, João Pedro (coord). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: UFRGS, 1994

THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

_____. *Lucha de clases sin clases* In: *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Editora Critica, 1979.

VEIGA, José Eli. *A reforma que virou suco: uma introdução ao dilema agrário do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1990.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. 2ª Edição. São Paulo: DIFEL, 1979.

_____. *O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro*. *Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

Artigo Recebido em: 13/08/2012

Artigo Aceito em: 22/11/2012